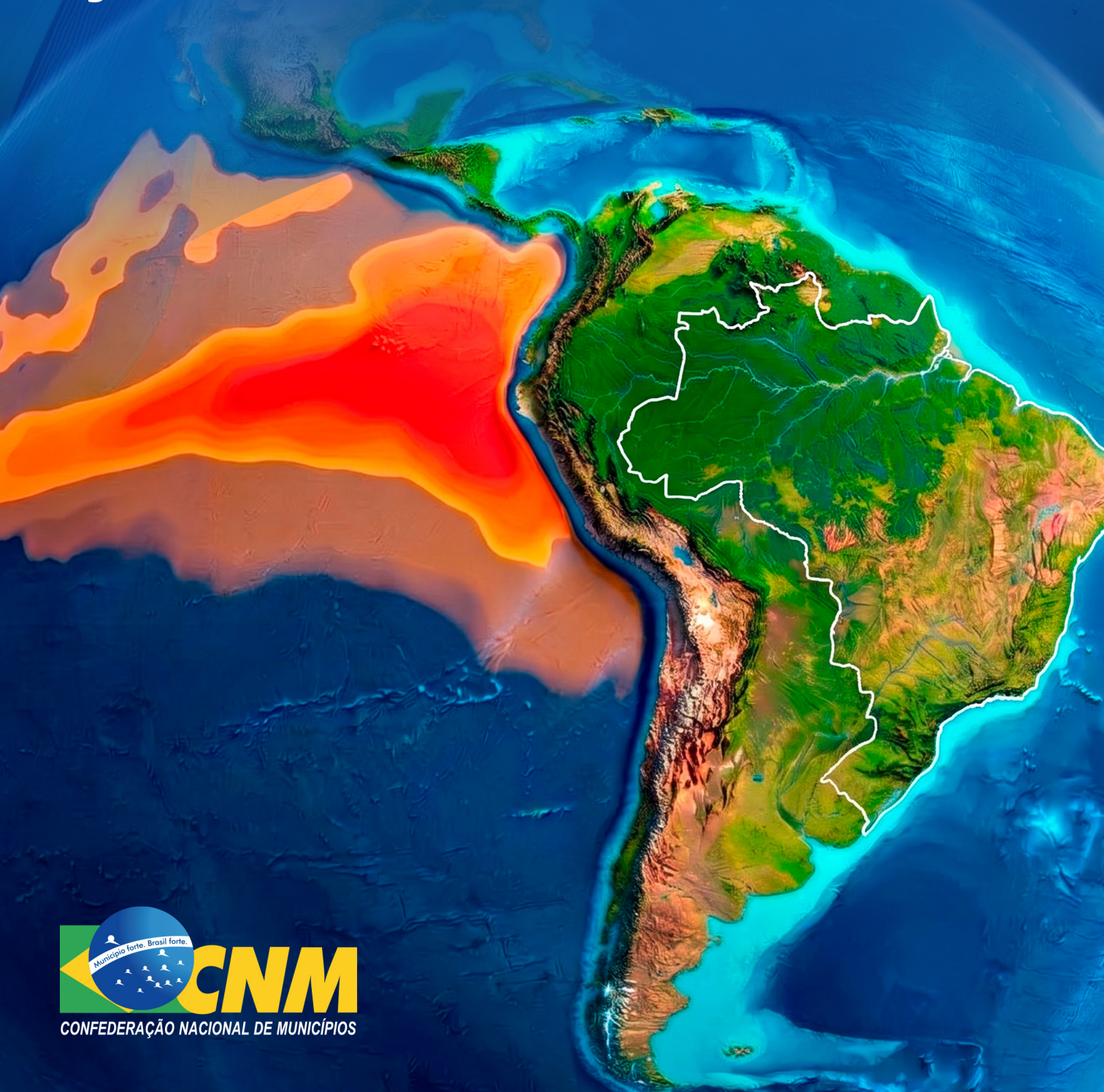


BOLETIM EL NIÑO **2026/2027 DA CNM** JULHO E AGOSTO DE 2026



BOLETIM EL NIÑO

2026/2027 DA CNM

JULHO E AGOSTO DE 2026

CONTEXTO: O El Niño está se intensificando e há mais de 90% de chance de o fenômeno atingir intensidade muito forte entre o segundo semestre de 2026 e o início de 2027. Em julho, as temperaturas da superfície do Oceano Pacífico Equatorial ficaram bem acima da média, confirmando o fortalecimento do fenômeno. Segundo a NOAA, o El Niño deve continuar ganhando força até o fim do ano e há 69% de probabilidade de que, entre outubro e dezembro de 2026, alcance uma intensidade histórica, podendo superar eventos registrados desde 1950. Quanto mais intenso o El Niño, maior a possibilidade de ocorrerem impactos típicos do fenômeno, embora esses efeitos possam variar entre as regiões.

DADOS INÉDITOS:

IMPACTOS DOS DESASTRES NOS MUNICÍPIOS DE 1º DE JULHO A 31 DE AGOSTO DE 2026

Dados atualizados dos decretos de situação de emergência e/ou estado de calamidade pública por desastres:



POPULAÇÃO:

4,7 milhões de pessoas afetadas em **641 Municípios**, com **11 mortes**, **49 mil pessoas** foram obrigadas a deixarem suas casas.

PREJUÍZOS TOTAIS:

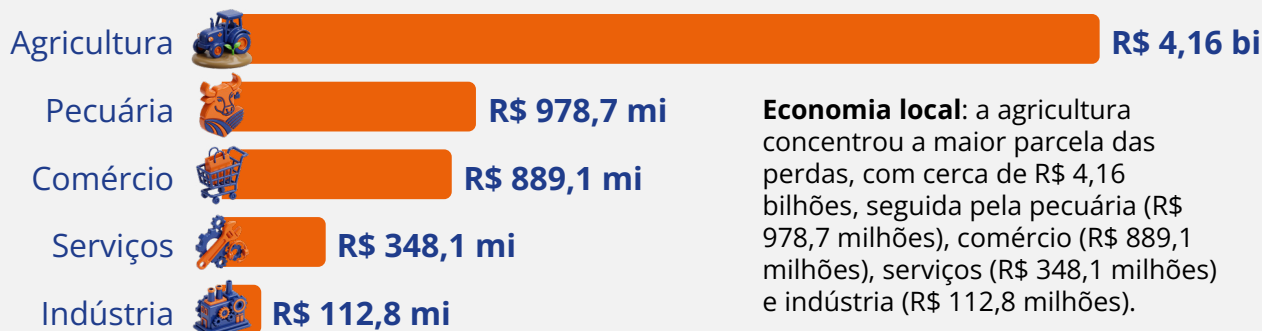
os prejuízos econômicos ultrapassaram **R\$ 8,2 bilhões**, sendo **R\$ 6,5 bilhões** em prejuízos privados, **R\$ 1,6 bilhão** em prejuízos públicos e **R\$ 182,8 milhões** em unidades habitacionais.

Detalhamento de Prejuízos Públicos vs Privado

Privado:
R\$ 6,5 bi

Público:
R\$ 1,6 bi

PREJUÍZOS POR SETOR ECONÔMICO:



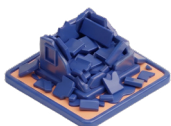
Economia local: a agricultura concentrou a maior parcela das perdas, com cerca de R\$ 4,16 bilhões, seguida pela pecuária (R\$ 978,7 milhões), comércio (R\$ 889,1 milhões), serviços (R\$ 348,1 milhões) e indústria (R\$ 112,8 milhões).



HABITAÇÕES:



27.278 unidades
habitacionais
danificadas



573 unidades
habitacionais
destruídas



com prejuízos
estimados em **R\$
182,8 milhões**

INFRAESTRUTURA PÚBLICA MUNICIPAL:



assistência médica, saúde pública
e atendimento de emergências
R\$ 555,3 milhões



obras de infraestrutura
pública
322,3 milhões



abastecimento de
água potável
299,9 milhões

os prejuízos públicos alcançaram:
R\$ 1,60 bilhão

DESASTRES POR REGIÃO

Região	Prejuízos	Destaques no período
Norte	R\$ 772,8 mi	Contraste entre excesso e escassez de água: julho foi marcado por inundações no Amazonas, com danos a moradias e milhares de pessoas afetadas; em agosto, a seca se intensificou no Acre, levando os 22 Municípios do Estado à Situação de emergência (SE).
Nordeste	R\$ 3,9 bi	Predomínio de seca e estiagem, com agravamento das condições hídricas em diversos Municípios. Também ocorreram episódios pontuais de chuvas intensas, com alagamentos, deslizamentos, transbordamento de canais, desalojados e danos a habitações e obras públicas.
Centro-Oeste	R\$ 176 mi	Seca, estiagem e risco elevado de incêndios florestais marcaram o período. Em Goiás houve declaração de emergência ambiental, enquanto em Mato Grosso do Sul incêndios mobilizaram estruturas municipais e estaduais.
Sudeste	R\$ 2,2 bi	Vendavais e temporais de forte intensidade causaram mortes, feridos, danos a moradias, quedas de árvores e interrupções de energia. O Rio de Janeiro e Municípios da Região Metropolitana Fluminense foram fortemente atingidos em julho, assim como Municípios paulistas (Região Metropolitana de Ribeirão Preto/SP e Baixada Santista) e Sul e Sudoeste de Minas Gerais.
Sul	R\$ 1,2 bi	Maior concentração e diversidade de eventos severos do bimestre, com chuvas intensas, inundações, vendavais, granizo e tornado. No Rio Grande do Sul, centenas de ocorrências atingiram diversos Municípios (Vale do Taquari e região Noroeste), enquanto Santa Catarina (Vale do Itajaí e Grande Florianópolis) e Paraná (Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense) registraram temporais e milhares de residências danificadas.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFESA CIVIL (2010 a AGOSTO DE 2026)

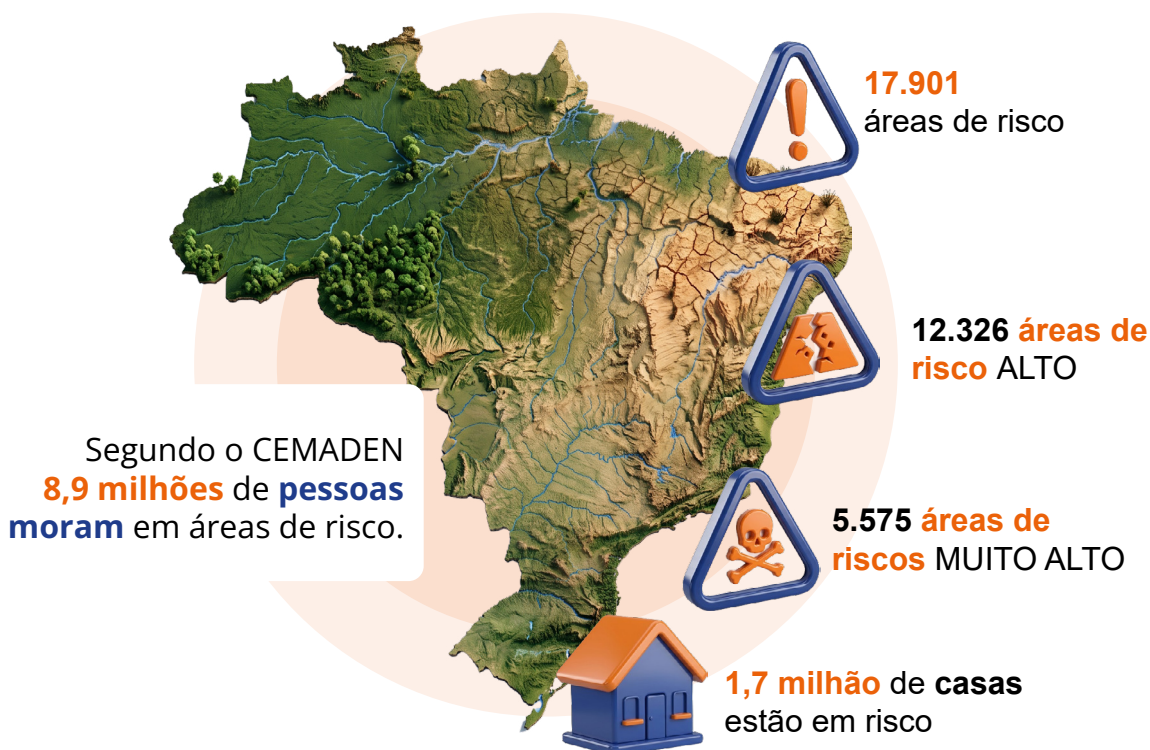
A CNM chama atenção para a diferença entre recursos prometidos pela União e valores efetivamente repassados aos Municípios. Entre 2010 e agosto de 2026, a **União prometeu R\$ 38,7 bilhões** para ações municipais de defesa civil. Desse total, **R\$ 10,6 bilhões** foram efetivamente repassados às prefeituras, **29,3% do total prometido dentro do exercício do orçamento**.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 prevê R\$ 1,8 bilhão para o programa Gestão de Riscos e de Desastres, valor superior aos R\$ 645 milhões previstos inicialmente no PLOA 2026.

Atenção aos Municípios: apesar do anúncio federal de R\$ 1,3 bilhão para ações relacionadas ao El Niño 2026/2027, não foi definida uma parcela específica desse montante para transferência direta aos Municípios. Os recursos municipais para resposta e recuperação de desastres continuam dependendo dos mecanismos próprios da Proteção e Defesa Civil.

MUNICÍPIOS CRÍTICOS A DESASTRES RELACIONADOS A PROCESSOS GEOLÓGICOS E HIDROLÓGICOS, TAIS COMO DESLIZAMENTOS, ALAGAMENTOS, ENXURRADAS E INUNDAÇÕES:

O Brasil possui **2.095** Municípios em situação crítica (**37,6%** do total), sendo que: segundo o Serviço Geológico do Brasil, do total de **1.813** Municípios mapeados possuem:



PREPARAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DO EL NIÑO – ORIENTAÇÕES CNM

A Confederação orienta os Municípios a reforçarem a prevenção e a preparação para o El Niño 2026/2027, com atualização dos planos de contingência, mapeamento de áreas de risco, organização de abrigos, rotas de evacuação e comunicação com a população.



Acesse a nota técnica por meio do link:

<https://cnm.org.br/biblioteca/exibe/16562>



PROPOSTAS DEFENDIDAS PELA CNM

A CNM defende a **PEC do Clima (PEC 31/2024)** como instrumento para concretizar o federalismo climático. A proposta é apresentada como forma de garantir cerca de **R\$ 30 bilhões para ações climáticas e de defesa civil**. Os recursos seriam direcionados para estruturar defesas civis municipais, ampliar a gestão ambiental local, financiar infraestrutura de adaptação climática e investir em mitigação climática.

A entidade também defende o **Consórcio Nacional para Gestão Climática e Prevenção de Desastres (Conclima)** será um instrumento para promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer a resiliência dos Entes consorciados.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN). Desde 2023, Novo PAC amplia recursos para a expansão e modernização da rede de monitoramento do Cemaden. São José dos Campos, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias-cemaden/desde-2023-novo-pac-amplia-recursos-para-a-expansao-e-modernizacao-da-rede-de-monitoramento-do-cemaden>. Acesso em: 7 set. 2026.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Nota Técnica nº 2/2025/SADJ-VI/SEPAC/CC/PR. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/cadastro-de-municipios-suscetiveis-a-eventos-de-enxurradas-e-inundacoes/documentos>. Acesso em: 7 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD). Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/>. Acesso em: 7 set. 2026.

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil (SGB). Produtos por Estado: cartografia de riscos geológicos. Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br/produtos-por-estado-cartografia-de-riscos-geologicos>. Acesso em: 7 set. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). Panorama da Proteção e Defesa Civil. Conteúdo Exclusivo. Brasília, DF: CNM, 2026. Base de dados institucional.

